



Servidores da Funai entram na 4ª semana de mobilização pelo plano de carreira

Os servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) realizaram, na tarde dessa quarta-feira, 29, a quarta vigília pelo plano de carreira da instituição. Concentrados em frente ao bloco C, onde fica localizada a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), os servidores cobraram a formalização de um acordo contendo o calendário de tramitação do plano de carreira, para efeitos financeiros a partir de janeiro de 2024.

A servidora da Funai e coordenadora da Secretaria de Comunicação e Imprensa do Sindsep-DF, Mônica Carneiro, lembrou que existe urgência para o envio do projeto à Câmara para inserção do plano de carreira na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades do governo para o ano seguinte. O projeto deve ser enviado ao Congresso Nacional pelo Executivo Federal até o dia 15 de abril.

Presidenta da Funai reafirma apoio ao plano de carreira

A presidenta da Funai, Joenia Wapichana, participou da vigília e reafirmou seu apoio à reivindicação dos servidores. “Eu apoio o plano de carreira de vocês e já estou articulando apoio ao projeto no Congresso Nacional também. Falei da importância de ter condições para que a Funai cumpra a sua função institucional. Sem servidor, sem condições de trabalho, sem a valorização dos servidores, não tem como a gente realizar as ações da Fundação”, afirmou.

A presidenta estava acom-

panhada da diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Lucia Alberta Andrade; e da diretora de Proteção Territorial, Maria Janete de Carvalho, que também manifestaram apoio aos servidores.

Vigília nos estados

Os servidores votaram e aprovaram a proposta do diretor da Condesf, Edison Cardoni, de solicitar à Confederação que organize vigílias, nos mesmos dias e horários do DF, junto aos demais sindicatos nos estados, em frente aos prédios da Funai, com o objetivo de fortalecer a luta pelo plano de carreira.



Dia que marca o início da ditadura de 1964 é data para nunca ser esquecida

Apesar de passadas quase seis décadas, o golpe militar de 1964, que completa 59 anos no dia 1º de abril, ainda é um assunto que não se tornou apenas parte da história do país. O fantasma da volta de repressão, durante os últimos quatro anos, colaborou para manter viva, de um lado, a lembrança daquele tempo sombrio e violento, como forma de resistência para que nunca mais aconteça e, de outro, o criminoso clamor da direita fascista no país para que, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) e depois também, os militares tomassem o poder de assalto, novamente.

Assim como em 1964, os últimos anos de ascensão do fascismo no Brasil foram de polarização ideológica com os extremistas de direita minando o imaginário popular com uma possível 'ameaça comunista', o que não passava e não passa ainda de fake news. "A mentira é o que eles usam para fazer o povo odiar governos populares, como era o de Jango, que pretendia fazer reformas estruturais com um olhar social", diz a secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara.

Para ela, a eleição de Lula em 2022 e seu novo governo apontam para um fortalecimento da democracia brasileira, mas ainda assim é preciso estarmos todos alertas contra grupos que pregam regimes autoritários como forma de controlar a sociedade.

As heranças da ditadura

Os tempos atuais ainda vivem sob características herdadas daquele período e grande parte da sociedade talvez não se dê conta, diz Jandyra Uehara. Por isso, ela reforça, é preciso manter vivo o debate sobre o tema.

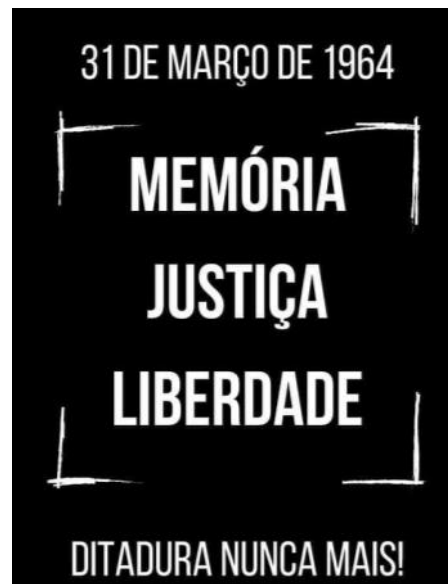
"Aquele período ainda está vivo entre nós e desde a Constituição de 1988, com a redemocratização do país, o papel das Forças Armadas se manteve. A ingerência e a tutela militar sobre a vida civil permanecem e isso se mostra pelas relações com as polícias, por exemplo", explica a dirigente, se referindo à militarização das polícias.

A dirigente acrescenta que a falta de punição aos torturadores da ditadura contribui para que as forças policiais ainda reproduzam o comportamento violento com torturas nos presídios e repressão à população nas periferias, entre outras ações.

"Uma das heranças da ditadura é a classe trabalhadora em certa medida ser tratada como inimigo", ela diz.

Outra herança que se mostrou fato latente durante o governo Bolsonaro foi a intenção de os militares se fazerem presentes na política. "Em nenhum país democrático o exército tem papel político. Durante o governo Bolsonaro, vimos o absurdo de termos mais de oito mil militares em cargos públicos", ela critica.

Jandyra reforça que o papel do exército é proteger a democracia em ação política ou interferência em questões sociais. "Não se pode ter um exército conivente



com atos antidemocráticos. O fantasma da ditadura está presente e prova disso foi a conivência com os acampamentos pedindo intervenção militar, com anuência de militares com patentes, que culminaram nos ataques do dia 8 de janeiro aos prédios dos Três Poderes, em Brasília", diz.

Jandyra pontua que todas essas heranças, ainda presentes nos dias de hoje precisam ser combatidas e é papel da CUT, dos movimentos sindical, sociais e populares manter esse debate vivo, seja pela pressão a parlamentares para que legislem sobre esses temas, seja endurecendo contra atos violentos das polícias, seja pela revogação do artigo 142, mas sobretudo se manifestando e promovendo atividades que promovam a conscientização por parte da população sobre os horrores daquele período.

Fonte: CUT